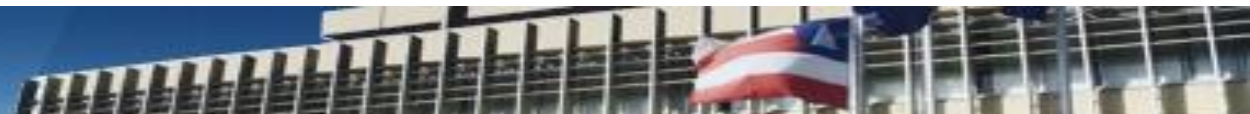


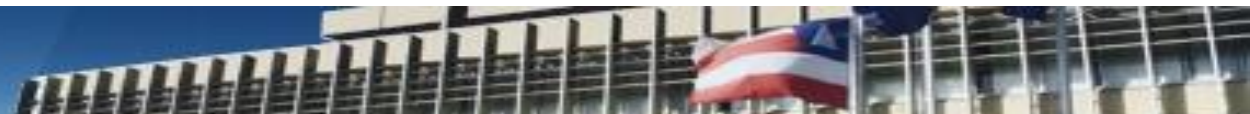
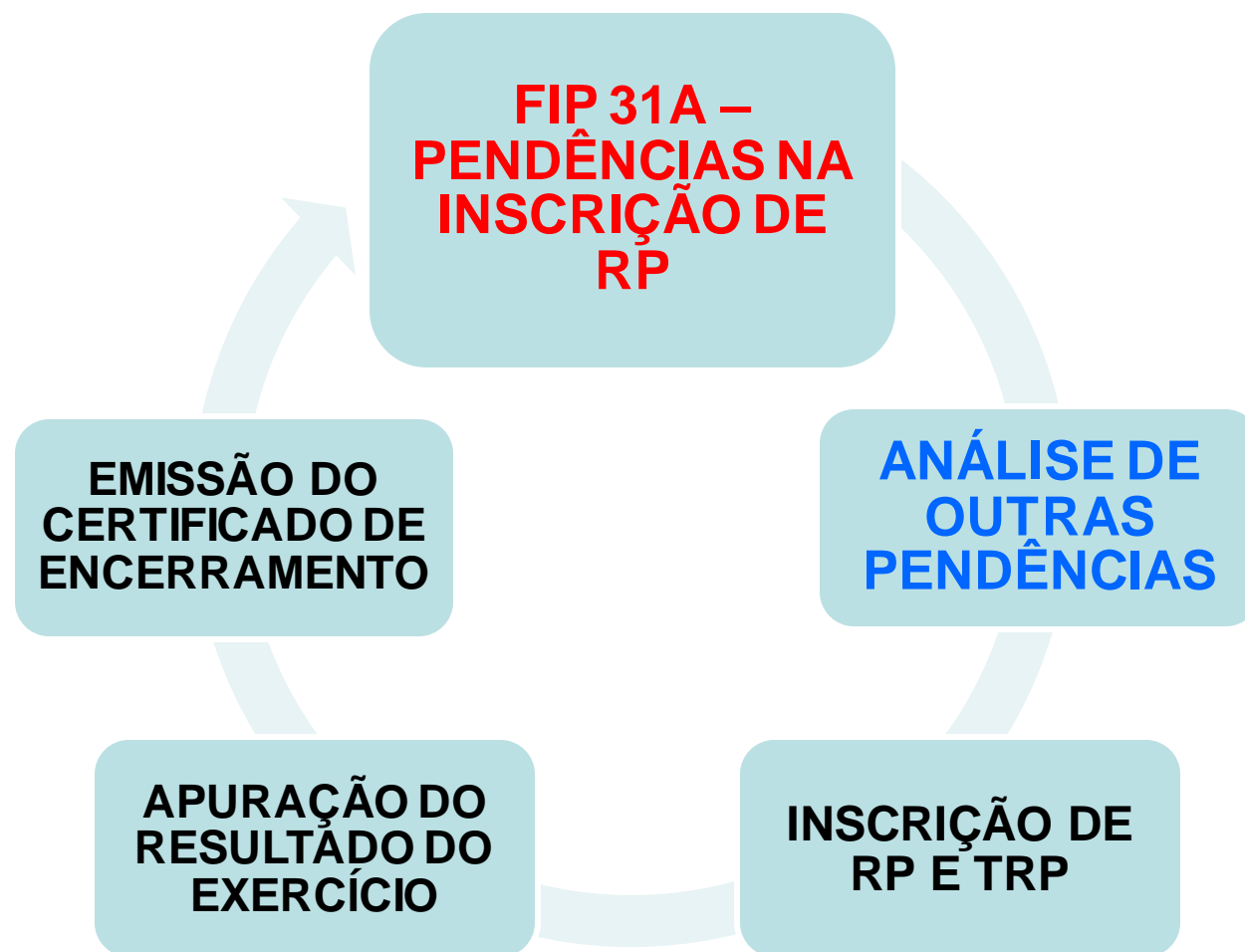
# Encontro com as Diretorias de Finanças dos Órgãos e Entidades do Estado da Bahia

## Encerramento do Exercício de 2025

Gerência de Orientação e  
Acompanhamento



# FLUXO DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

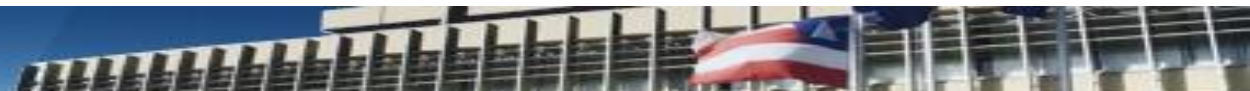


# MANUAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

## 11ª EDIÇÃO (VERSÃO 9)

### PARTE III – RELATÓRIOS E ANÁLISES PARA O ENCERRAMENTO:

- FIP 226 A – EMPENHOS/LIQUIDAÇÕES COM SALDO A EXECUTAR;
- FIP 32 – DEMONSTRATIVO DE DESPESA PARA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR;
- FIP 33 – DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO DE RESTOS A PAGAR;
- FIP 34 – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIA DE RESTOS A PAGAR;
- FIP 30 – DEMONSTRATIVO DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO;
- FIP 44 – RELATÓRIO DE PENDÊNCIAS DE APURAÇÃO DO RESULTADO;
- FIP 30 A – DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO;
- **FIP 31 A – PENDÊNCIAS NA INSCRIÇÃO DE RP.**



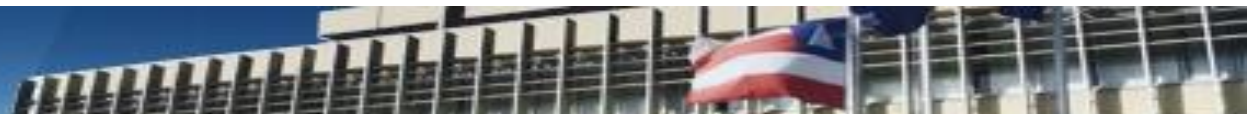
# FIP 31A – PENDÊNCIAS NA INSCRIÇÃO DE RP

Relatório que lista as pendências que devem ser regularizadas para a inscrição dos restos a pagar.

O Manual de Encerramento do Exercício traz todas as orientações para resolução de cada pendência apresentada.

## Exemplos:

- Relação de PED Não Autorizados ou Autorizados e Não Empenhados;
- Relação de Empenhos e Liquidações de Adiantamento;
- Relação de Instrumentos Pendentes de Apostila de Abertura.



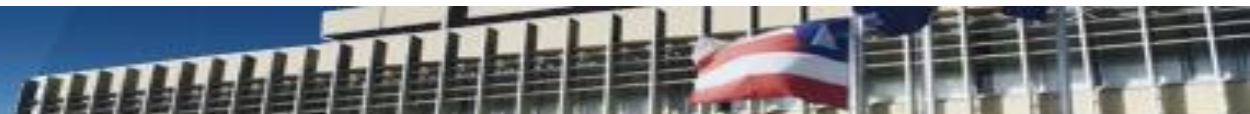
## Relação de INT Pendente de APT de Abertura

Serão demonstrados todos os Instrumentos pendentes de Apostila de Abertura.

### Orientação:

#### **Incluir APOSTILA DE ABERTURA**

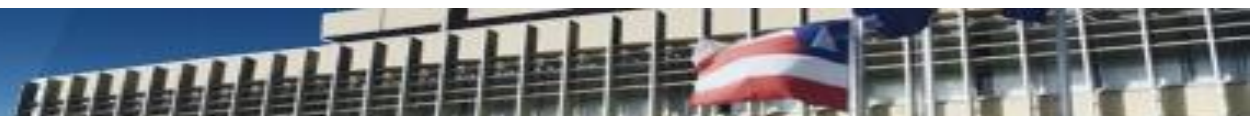
- ▶ Após inclusão da APT de Abertura, em 2025, analisar se o INT deverá ser mantido ativo ou encerrado;
- ▶ Os instrumentos que não mais serão executados devem, após análise da unidade, ser encerrados, a fim de que não demandem uma nova APT de Abertura em 2026;
- ▶ Para os INT que não forem encerrados, deverá ser feita nova Apostila de Abertura, quando for aberta a execução para o exercício de 2026.



# ANÁLISE DE OUTRAS PENDÊNCIAS PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Trata-se de pendências que, apesar de hoje não constarem necessariamente no **Relatório FIP 31-A (PENDÊNCIAS NA INSCRIÇÃO DE RP)**, devem ser avaliadas e saneadas, pois impactam na informação contábil do Estado.

Algumas delas, inclusive, já foram apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado nas Contas de Governo e poderão ser também nas contas de gestão de cada órgão ou entidade do Estado.

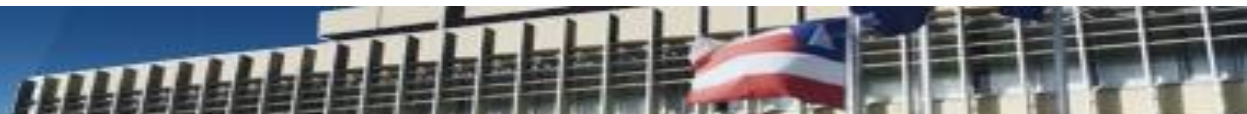


## • CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

As contas bancárias de titularidade dos órgãos e entidades do Estado devem estar conciliadas no módulo de conciliação bancária, conforme **Orientação Técnica nº 71/2020**.

Aquelas que, eventualmente, não estiverem no módulo de conciliação bancária precisam também ser conciliadas, conforme a **INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA DICOP/DEPAT N° 01/2000**.

O **Painel de Conciliação Bancária Eletrônica**, acessado pelo Fiplan Gerencial, existe para auxiliar as unidades orçamentárias na visualização das pendências de conciliação.



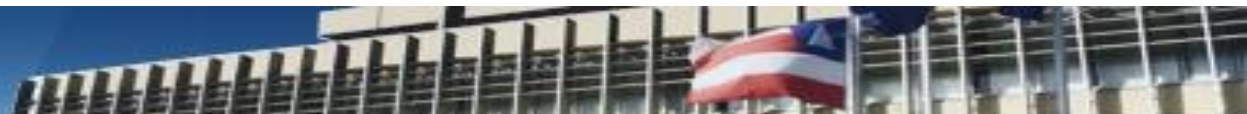


## • CONTAS DE AUTENTICAÇÃO

Possuem caráter transitório, com utilização excepcional, somente nos casos em que não for possível a realização do pagamento diretamente ao credor da despesa pelo Fiplan.

Manutenção somente do mínimo de saldo em dezembro – o que será pago (autenticado) no início de janeiro.

Regularização contábil por meio de NEX, conforme a **Orientação Técnica nº 79/2024**.





## • BLOQUEIO JUDICIAL

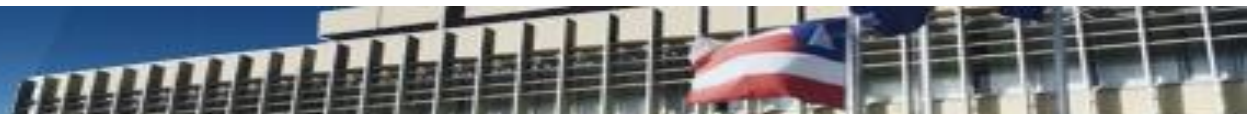
Diferenciação entre bloqueios de credores do Estado x bloqueios em contas do Estado.

Necessidade de execução da despesa de bloqueios judiciais em contas do Estado, conforme a **Orientação Técnica nº 55/2016**, a fim de evidenciar o ocorrido.

**Obs.:** Despesa de bloqueio não regularizada será impeditiva para o encerramento do exercício.

Orienta-se a verificação da conta contábil **1.1.3.8.1.26.01.00** (**VALORES BLOQUEADOS CUTE, NO EXERCÍCIO, A REGULARIZAR**), para verificar se há saldo a ser regularizado.

**Obs.:** avaliar também a conta **1.1.3.8.1.26.02.00** (**VALORES DE BLOQUEIO JUDICIAL CUTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**).



## • ATIVO IMOBILIZADO

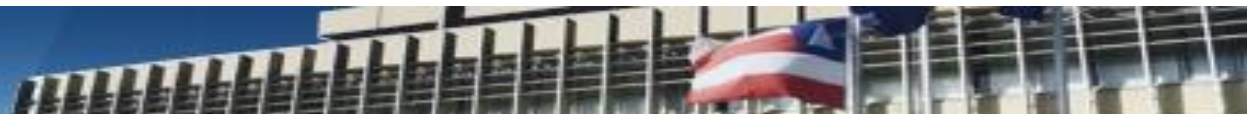
Registro da depreciação de bens do patrimônio do Estado de acordo com os valores do Relatório de Patrimônio.

Registro das baixas dos bens do ativo imobilizado por alienações e reconhecimento de eventuais ganhos ou perdas.

**1.2.3.1.1.99.00.00 (-) BENS MÓVEIS ALIENADOS A DESINCORPORAR**

**1.2.3.2.1.99.99.03 (-) BENS IMÓVEIS ALIENADOS A DESINCORPORAR**

Contas que demonstram os valores dos ativos imobilizados que foram alienados, para que haja a verificação, no momento da alienação (fato gerador), se houve ganho, perda ou se o valor alienado foi equivalente ao valor contábil do bem.



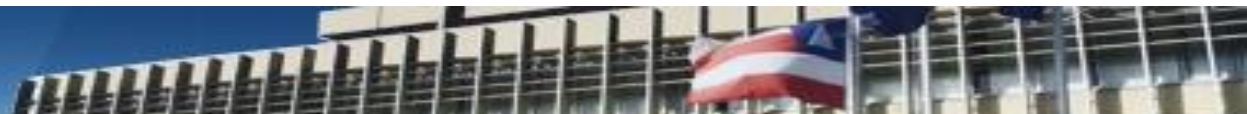
## • RESTOS A PAGAR COM MAIS DE 5 ANOS

Conforme o **Ofício Circular nº 21/2025 - SEFAZ/SAF/DICOP**, em consonância ao DECRETO Nº 18.716 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018:

Restos a pagar anteriores a 2021 serão impeditivos para encerramento do exercício, exceto quando pendentes de parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE. Assim, estes devem ser pagos ou cancelados.

**Ex.:** RPPs inscritos em 2020, 2019, 2018, etc., serão impeditivos para encerramento do exercício.

Os restos a pagar inscritos a partir de 2021, apesar de não serem impeditivos para o encerramento de 2025, também devem ser analisados, para verificação se é o caso de pagamento, cancelamento ou manutenção, a depender da existência de obrigação com o respectivo credor e eventual pendência para pagamento.



# • CONTAS TRANSITÓRIAS

As contas transitórias devem possuir saldo até que ocorra o fato determinante à sua transferência para conta específica, de forma a refleti-lo na contabilidade.

## **Rol exemplificativo:**

1.1.5.6.1.07.00.00 – IMPORTAÇÃO EM ANDAMENTO - MATERIAL DE CONSUMO

1.2.3.1.1.92.01.00 – BENS RECEBIDOS ALMOXARIFADO CENTRAL

1.2.3.2.1.99.99.04 – DESAPROPRIAÇÃO - BENS IMÓVEIS

1.2.3.1.1.92.99.00 – DIVERSOS BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO

1.2.3.1.1.08.00.00 – IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO

1.2.3.2.1.06.01.01 – OBRAS EM ANDAMENTO – BENS OPERACIONAIS

1.2.3.2.1.06.01.02 – OBRAS EM ANDAMENTO – BENS DE USO COMUM

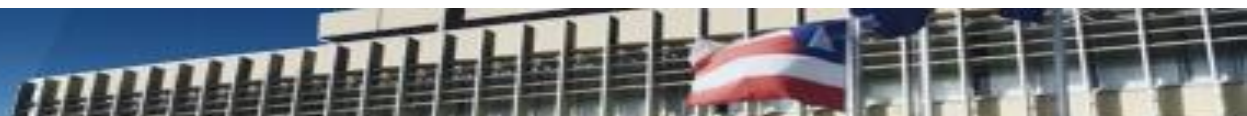
1.2.3.2.1.06.01.03 - OBRAS EM ANDAMENTO BENS OPERAC DO ESTADO CONTROLE POR LICITAÇÃO

1.2.3.1.1.99.00.00 – (-) BENS MÓVEIS ALIENADOS A DESINCORPORAR

1.2.3.2.1.99.99.03 – (-) BENS IMÓVEIS ALIENADOS A DESINCORPORAR

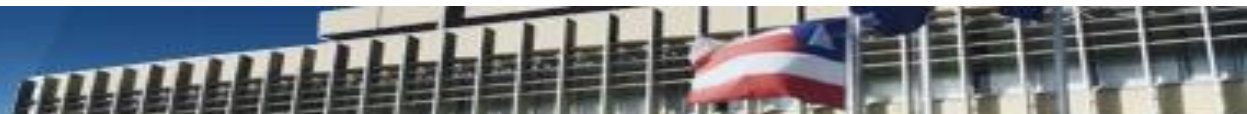
1.2.3.1.1.89.00.00 – BENS MÓVEIS DE CONVÊNIOS RECEBIDOS A INCORPORAR

1.2.3.2.1.99.99.01 – BENS DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS A INCORPORAR



## Situações exemplificativas que justificam haver saldo nestas contas:

- **Importação em andamento** – enquanto o bem estiver em importação, justifica-se o seu valor estar contabilizado como “importação em andamento”. Após a conclusão da importação, deve-se transferi-lo para a conta de almoxarifado e, quando ele estiver em uso, para a conta específica do bem.
- **Obras em andamento** – enquanto a obra estiver em curso, justifica-se a existência de saldo nestas contas. A partir do término desta, é necessário que haja a realocação do saldo para a conta específica do tipo de bem gerado por aquela obra realizada.



## ▪ PESSOAL CEDIDO A OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO

**PORTARIA CONJUNTA SEFAZ/SAEB N°001 DE 2019** estabelece procedimentos para registro da despesa com pessoal cedido a outras esferas de governo ou a empresas estatais não dependentes.

**Ex.:** Servidor do Estado da Bahia (cedente) que está atuando no Município de Salvador (cessionário).

Orienta-se a verificação da conta contábil **1.1.3.8.1.28.00.00** - **Créditos a Receber por Cessão de Pessoal**, a fim de avaliar se o montante registrado está adequado com a totalidade de valores referentes a pessoal cedido do seu órgão/entidade que ainda não foram ressarcidos, para controle das cobranças destas devoluções pendentes.

Os Anexos I, II e III, da Portaria, trazem os procedimentos para subsidiar as ações financeiras dos órgãos e entidades do Estado, no que tange à cessão de pessoal a outras esferas de governo ou a estatais não dependentes.

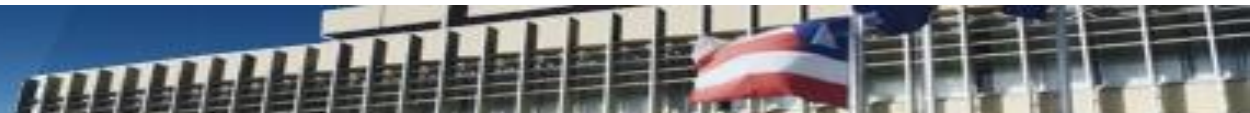




# • APROPRIAÇÃO DE DESPESAS DE 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ENCARGOS

Trata-se de procedimento para reconhecimento da despesa de férias, 13º salário e encargos no momento do seu fato gerador, conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 11ª Edição.

A apropriação na contabilidade é baseada no princípio da competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser reconhecidas no período a que pertencerem, independentemente do seu recebimento ou do seu pagamento. No caso em questão, trata-se do reconhecimento da obrigação do Estado com os seus servidores a título de férias e 13º salário.





A apropriação destas despesas está sendo realizada, em regra, pela Gecor, por meio NLC, no momento do fato gerador, conforme exemplo:

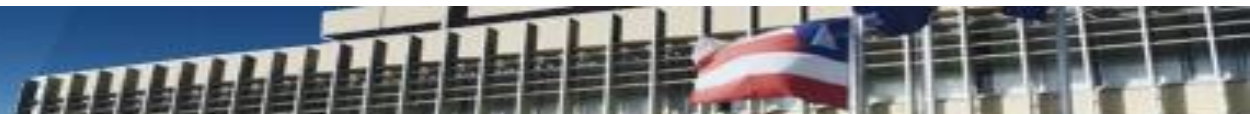
**D** – Variação Patrimonial Diminutiva de férias/13º salário/encargos

**C** – Férias/13º/encargos a pagar (passivo não financeiro)

**Obs.:** fica a cargo de cada unidade orçamentária verificar se os valores lançados estão de acordo com os relatórios do RH-Bahia, além da inclusão dos ajustes de apropriação, conforme determinam as **Orientações Técnicas nº 80-A, 80-B e 80-C de 2025.**

**ATENÇÃO** – a falta de inclusão dos ajustes de apropriação será impeditiva para o encerramento do exercício.

Assim, conforme o **Ofício Circular nº 26/2025 - SEFAZ/SAF/DICOP**, orienta-se a verificação dos saldos destas contas relacionadas ao 13º salário, férias e encargos, com antecedência, para sanear as eventuais pendências.

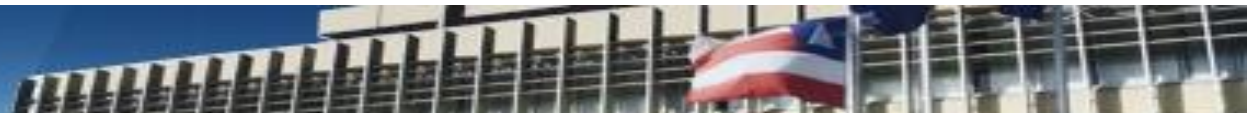


# BALCÃO VIRTUAL

Trata-se de mais uma forma de atendimento com intuito de aumentar o acesso dos órgãos e entidades à GECOR.

Acessado por meio do site da Sefaz → Finanças Públicas → Balcão Virtual Dicop/Gecor, com a utilização do Microsoft Teams

Link de acesso: <https://www.sefaz.ba.gov.br/balcao-virtual-sefaz-ba-dicop-gecor/>



**OBRIGADO!**

**EQUIPE GECOR - GERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E  
ACOMPANHAMENTO**

**E-mail: [gecor@sefaz.ba.gov.br](mailto:gecor@sefaz.ba.gov.br)**

